

Mulheres falam da dor pela perda de familiares vítimas de feminicídio

(Correio Braziliense, 06/05/2016) Na sexta reportagem da série, o Correio narra o sofrimento e a dor de duas mulheres que tiveram familiares assassinadas por homens marcados por sentimentos de posse. Ambas lutam para reestruturar a vida

Inconsciente, irracional e arraigado ao extremo na sociedade, o machismo mata 13 mulheres a cada dia no Brasil. Mas não existe estatística capaz de mensurar o tamanho do sofrimento para quem fica. Quando um homem chega ao ponto de assassinar a pessoa que já não lhe quer ou nunca lhe quis, ele decreta o fim de uma família. Ainda que a vida retome seu curso, o luto, de certa forma, dura para sempre. A dor não cessa para Cilene Sousa Farias, 39 anos, e Reginalva Nobre da Silva, 37. Cada uma a seu tempo, são sobreviventes de um trauma que finca raízes profundas na alma. Uma enterrou a irmã; outra, a mãe. Ambos os criminosos eram conhecidos das famílias, como na grande maioria dos casos de feminicídio, conforme mostra a série de reportagens Quando não mata, fere, que o Correio publica desde o último domingo.

Cilene, irmã mais velha de Suênia Sousa Farias, considerava-se também sua protetora. Com ela, dividia as vontades e angústias. Compartilhavam também certa ingenuidade. Nem uma nem outra - na verdade, ninguém - jamais poderiam supor que o fim do relacionamento da caçula de uma família de muitas mulheres poderia levar ao enredo trágico que se seguiu. Suênia foi morta aos 24 anos, atingida por cinco tiros, por um homem que não aceitou o fim do relacionamento. "Nunca imaginamos que uma coisa dessas pudesse acontecer", confessa Cilene.

Jovem e bonita, Suênia queria ser delegada. Estudava direito e mirava a

carreira na Polícia Civil. “Ela não falava em se casar, ter filhos, pensava só na carreira, nos estudos, ia de manhã e à tarde para a faculdade. Tinha um futuro promissor pela frente”, lamenta a irmã. Envolveu-se com um professor do curso na faculdade onde estudava, na Asa Norte. Aos poucos, segundo o relato de Cilene, o excesso de controle dele começou a incomodá-la; o ciúme era excessivo. Ela pôs fim ao relacionamento, e ele passou a persegui-la. Suênia reatou um antigo romance, e a situação piorou. A família só soube do envolvimento conturbado pouco tempo antes da tragédia.

Três meses depois do fim do namoro com o professor, ele a abordou no estacionamento da faculdade. Eram 15h30, de 30 de setembro de 2011. “Foi quando ela disse que preferiria morrer a voltar para ele. Os tiros foram dados para que ela não resistisse. Foram cinco. Eu vi o corpo dela. Todos à queimadura. Ele a destruiu”, recorda-se, emocionada. O professor andou com o corpo por horas até se entregar na 27ª Delegacia de Polícia (Recanto das Emas), onde foi preso. “Eu tinha falado com ela pouco tempo antes de ele a pegar. Ela estava feliz. Ia a um casamento com o namorado, em Goiânia. Ela só disse que queria muito me ver, falar comigo. Foi o pior dia e a pior notícia da minha vida”, diz Cilene.

Na época do crime, não existia lei do feminicídio, sancionada em março de 2015. O assassino foi condenado por homicídio duplamente qualificado. Inicialmente, a 20 anos de reclusão. Por ter confessado espontaneamente, a sentença foi reduzida para 18 anos. Como o julgamento foi no ano passado, ele já havia cumprido quatro anos. Nas contas da família, no ano que vem, poderá estar solto. O autor do crime, Rendrick Vieira Rodrigues, casou-se na prisão com uma amiga de infância. Os dois tiveram uma filha. Uma menina. “É revoltante. Uma vida vale tão pouco? Acabou com ela e agora vai viver a vida. É uma punição vagabunda. Por isso acontece tanto. Conhecem as leis e sabem que nada acontecerá.”

Desejo de justiça

Reginalva Nobre da Silva chora a perda da mãe, de 61 anos, há 25 dias. Aliado ao sofrimento, há o temor pela própria segurança e a da família.

Também o medo de que não se faça a justiça esperada. Maria Lúcia da Silva Nobre, a mãe dela, foi morta dentro de casa em 12 de abril. Atingida com uma barra de ferro na cabeça ao sair do banho, foi enrolada em uma coberta e, depois, queimada. Teodorico Teles, 56, confessou o crime, está preso, mas ainda não foi julgado. Segundo Reginalva, ele era uma espécie de cuidador da mãe de Maria Lúcia, uma senhora de 85 anos. O assassinato dela foi o triste desfecho de uma história de reencontro.

Maria Lúcia havia sido separada da mãe ainda criança. “O meu avô maltratava a minha vó, e ela fugiu de casa. Na hora, ele apareceu e não deixou levar a minha mãe, que tinha 9 anos. Elas só se encontraram novamente em março do ano passado. Foi alegria para toda a família”, recorda Reginalva.

Ao rever a mãe, em Mato Grosso, Maria Lúcia foi apresentada por ela ao ajudante, Teodorico, querido como se fosse um filho. Dois meses de convivência e Maria Lúcia queria trazer a mãe para Brasília. Tanto tempo longe, era chegada a hora de matar a saudade. “Ele disse que a minha vó só viria com ele. A minha mãe aceitou. Não tinha jeito. Ele vendeu a casa, nunca nem vimos o dinheiro, e ficaram aqui, onde a minha mãe morava”, explica Reginalva. O lote de Maria Lúcia tem pelo menos dois barracos, com 200m de distância um do outro.

Em depoimento na 32ª DP (Samambaia Sul), Teodorico surpreendeu a todos ao dizer que era casado com a mãe de Maria Lúcia, no entanto, ele disse que mantinha relacionamento com a filha. Segundo a família, nada disso é verdade. “A minha mãe sempre disse que ele dava em cima dela, mas ela não queria nada com ele. Nunca tiveram nada porque ela não quis”, refuta Reginalva.

Maria Lúcia não sabia, mas teria pouco tempo ao lado da mãe. O reencontro foi em março de 2015. Em junho, a mãe veio para Brasília. Pouco tempo depois, Maria Lúcia descobriu um câncer no intestino e foi para São Paulo se tratar em novembro do ano passado. Voltou para Brasília em 10 de abril, um domingo. Foi morta na noite do dia seguinte. “Íamos todos almoçar na quarta. A minha irmã veio com ela para fazer surpresa. Ele matou uma mulher alegre, sorridente, carinhosa, que cuidou de 11 filhos, todos de

caráter, trabalhadores. Éramos uma família unida e ela era a melhor pessoa que já conheci”, lamenta a filha.

>> entrevista Danielle Martins titular da 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica, de Sobradinho

“A culpa das mulheres, quando se tornam vítimas de violência doméstica, é muito anterior à violência sofrida, é uma culpa construída socialmente”

Assisti a uma audiência em que a senhora atuava como promotora e percebi um empenho muito grande em explicar a uma vítima de violência que a culpa daquele processo não era dela, tampouco a punição ao agressor.

Ela sempre se sente culpada?

A questão de fundo é que sempre foi relegado às mulheres o papel do cuidado, com o outro e com as relações familiares. Culturalmente, espera-se que ela cuide de seus filhos, de seu namorado, do marido ou companheiro, que ela se responsabilize pelo bem-estar dessas pessoas, inclusive acima de seu próprio bem-estar físico e psíquico. Se um casamento acaba, a culpa tende a ser da mulher, que não soube “compreender” ou “perdoar” as falhas de seu homem. Se um filho envereda pelo caminho das drogas e se torna agressivo, portador de doença psíquica ou mesmo um criminoso, a culpa é da mãe, que não deu amor ou limites suficientes. Aos homens, é sempre dado falhar, é sempre dado faltar. Raramente, um homem se sente culpado por estar ausente e nutrindo pouco as relações domésticas, mas isso sempre acontece com as mulheres. Então, a culpa das mulheres, quando se tornam vítimas de violência doméstica, é muito anterior à violência sofrida, é uma culpa construída socialmente.

Como tentar fazer a mulher sair do ciclo de violência em que está inserida?

É preciso tempo e paciência. Muitas não toleram o primeiro ato de violência sofrido, procuram a delegacia, registram a ocorrência e se separam. Esse comportamento tem sido cada vez mais frequente após a Lei Maria da Penha. Outras demoram 5, 10 anos para tomar a primeira atitude. Depende dos

valores de cada uma, de questões de autoestima, do que está envolvido (filhos, dependência financeira e/ou emocional). Nesses casos crônicos de violência, é muito comum ouvirmos das vítimas que as violências foram crescendo ao longo do relacionamento e que, quando do registro da ocorrência policial, estavam intoleráveis. A promotoria de Justiça de Sobradinho oferece atendimento semanal às vítimas de violência doméstica, para explicar-lhes sobre aspectos jurídicos e psicossociais da violência doméstica. O objetivo é tornar as vítimas mais conscientes do processo de violência que vivem e também dos seus direitos.

Muitas vezes, mesmo quando a lei é cumprida, permanece a ideia ou a sensação de que a justiça não foi feita. As leis são falhas? As punições são brandas?

A Lei Maria da Penha é excelente, muito bem estruturada. As punições para alguns crimes são, de fato, muito brandas, a exemplo das lesões corporais. O agressor raramente será preso por conta de uma sentença condenatória, pois as penas são realmente pequenas. Mas agressores são frequentemente presos se descumprem medidas protetivas de urgência, por exemplo. Ou seja, a Lei Maria da Penha tem rápidos e eficazes mecanismos de intervenção. A sensação de injustiça vem, muitas vezes, de uma expectativa que a vítima tem de que alguém externo à relação - no caso o juiz, o promotor ou o delegado - operará um milagre, que modificará o agressor, para que do registro da ocorrência em diante este homem “passe a se comportar”. Isso ainda é dito nas nossas salas de audiência: espera-se que a Justiça dê um susto no agressor. Mas a mudança é, principalmente, interior. Ninguém deixa de ser agressivo se não se propuser a uma mudança profunda de sua visão de mundo. A lei e seus operadores servem para impor limites externos a pessoas agressivas, para mostrar que sua conduta não é socialmente aceita e será punida. É preciso mostrar ao agressor que ele não tem direito de propriedade sobre a mulher.

Na sala de audiências, a senhora sente que o machismo, tão inerente à nossa sociedade, ultrapassa a relação de vítima e agressor? Ou seja: eles olham as mulheres, incluindo juíza, promotora e advogadas, com o mesmo desprezo e/ou raiva que sentem pelas mulheres que

agridem?

Certamente. O olhar de desprezo e raiva vem da sensação de medo e impotência diante de mulheres que detêm um poder que o agressor julga inadequado ser exercido por elas. Mas não precisamos ir tão longe: dentro de instituições como o Judiciário, o Ministério Público e a polícia vige ainda muito machismo, praticado por homens e mulheres, que todo o tempo tentam colocar outras mulheres - que são conscientes de sua inteligência, poder e capacidade - em seus devidos lugares, que é um lugar de silêncio, obediência e de ausência de opinião. O caldo do machismo nos envolve a todos, pois somos todos operadores do direito, vítimas e réus, parte da mesma sociedade. Culturalmente, um réu não é diferente de qualquer outro ou outra machista que se ressinta, tenha medo, inveja e ódio de uma mulher forte e empoderada. Mas eu tenho tranquilidade para lidar com pessoas assim, na sala de audiências e fora dela.

O que pode ser feito para mudar essa realidade de tantas mulheres morrendo na mão de homens que um dia foram seus companheiros?

A mudança passa por questões culturais, políticas, jurídicas. O problema é complexo. A mudança passa pela aceitação da presença feminina nos espaços públicos do trabalho e do poder, passa pela sororidade feminina, pelas mulheres apoiarem mais e mais as iniciativas de autonomia e crescimento pessoal e profissional de outras mulheres, fazendo disso uma filosofia de vida. Elas trabalham muito bem em rede, no coletivo, isso é uma habilidade linda. A mudança será sentida e real quando as futuras gerações receberem com naturalidade a presença feminina nos espaços públicos, nos quais decisões sobre os rumos da sociedade e do país são tomadas, e quando de fato os homens ombrearem com as mulheres as tarefas domésticas, para que elas também consigam dedicar tempo para descobrir e investir em projetos pessoais que fujam dos estereótipos da maternidade e dos cuidados com a casa. Quando de ninguém for mais esperado um papel obrigatório no âmbito doméstico, estaremos, de fato, no caminho da igualdade e da erradicação da violência doméstica e intrafamiliar.

Camila Costa

Acesse no site de origem: [Mulheres falam da dor pela perda de familiares vítimas de feminicídio \(Correio Braziliense, 06/05/2016\)](#)